

PLANO PARTICIPATIVO PELO BRASIL PELOS BRASILEIROS DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO 2027-2030

QUEREMOS UM BRASIL MODERNO COM MAIS INOVAÇÕES, DIGITALIZAÇÃO, DESCARBONIZAÇÃO, INDÚSTRIA E GANHOS DE PRODUTIVIDADE

DIAGNÓSTICO

I - GOVERNO BOLSONARO - Negacionismo, desinformação e desmonte das políticas públicas nas áreas de C&T&I, indústria e soberania digital.

1. O desmonte das políticas públicas foi iniciado com o impeachment e radicalizado nos anos de Bolsonaro, que dobrou a aposta no neoliberalismo, em contraste com protagonismo estatal que já ocorria no resto do mundo, e comprometeu a capacidade do Estado de implementar projetos nacionais soberanos de desenvolvimento científico, industrial e tecnológico.
2. O governo Bolsonaro foi negacionista na Ciência. Houve desrespeito à autonomia universitária e Instituições de Ciência e Tecnologia foram enfraquecidas por cortes de orçamento, redução de financiamentos e perda de profissionais qualificados. O FNDCT sofreu o maior contingenciamento da história, comprometendo pesquisas estratégicas para o desenvolvimento do país.
3. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi extinto e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) foi desativado, deixando claro que não seria elaborada nenhuma política voltada para o setor industrial, tradicionalmente o carro-chefe das experiências bem-sucedidas de desenvolvimento.
4. Amarraram e apequenaram o BNDES, um dos órgãos que mais contribuições deu pelo desenvolvimento do país. Instituíram a TLP (Taxa de Longo Prazo) como indexadora dos seus financiamentos, o que limitou drasticamente os desembolsos e a possibilidade de oferecer empréstimos a taxas mais atraentes para o setor privado.
5. Aceleraram o processo de privatizações, agravado pela baixa transparência e pela ausência de debate democrático, gerando ganhos extraordinários para uma elite financeira e prejuízos irreparáveis para a segurança energética, a soberania digital, a capacidade industrial e a autonomia tecnológica do país:
 - a) A Eletrobras, responsável por componente crítico do custo industrial, foi subavaliada e privatizada, com restrição à participação do Estado no Conselho e imposição de cláusula para dificultar a reestatização.
 - b) Na Petrobras, subsidiárias em segmentos sensíveis como refino e fertilizantes foram entregues ao setor privado, inclusive estrangeiro, com manobra jurídica para evitar debate democrático no Congresso.
 - c) Serpro e Dataprev, empresas estratégicas para a soberania digital e para a segurança dos dados dos brasileiros, foram incluídas como alvos prioritários do Programa Nacional de Desestatização. A Telebrás foi reduzida a níveis operacionais mínimos, com erosão de quadros técnicos.
 - d) A Ceitec, que atua no segmento mais relevante da economia moderna (semicondutores), foi posta em liquidação sob argumentos rasos de custo-benefício de curto prazo, sem levar em consideração o interesse estratégico nacional.
 - e) A Embraer, orgulho nacional e nossa principal empresa em setores de alta tecnologia, foi vendida para estrangeira por valor irrisório com a conivência do Governo Federal, que não usou o seu poder de veto.

6. A liberalização comercial e financeira se aprofundou. Medidas unilaterais de redução de tarifas de importação foram adotadas. O sistema de defesa comercial foi enfraquecido. Um Acordo desequilibrado com a União Europeia foi anunciado às pressas. Um novo marco cambial foi aprovado aumentando a volatilidade cambial e comprometendo a autonomia da política econômica.
7. A agenda digital brasileira do período 2016-2022 foi um exemplo claro de um projeto político subordinado a interesses externos. A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) tratou a infraestrutura digital nacional como extensão dos interesses das Big Techs, recomendando "soluções de mercado" em data centers e nuvem e significando, na prática, a migração massiva de dados públicos para empresas estrangeiras. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) nasceu sem dotação orçamentária, sem cronograma vinculante, sem responsabilização institucional e sem preocupação com política industrial. Em quatro anos, não houve um laboratório nacional de IA criado e nenhum modelo de linguagem em português desenvolvido com recursos públicos.
8. O resultado não poderia ser outro: enfraquecimento do sistema nacional de CT&I, menor soberania digital, aceleração da desindustrialização prematura mais grave do mundo, aumento da vulnerabilidade e da dependência externas, precarização do emprego e aumento da pobreza.

II - GOVERNO LULA - Reconstrução das políticas públicas nas áreas de C&T&I, indústria e soberania digital.

9. Destruir sempre é mais fácil do que construir. A terra arrasada dos governos anteriores exigiu que, além de novas e inovadoras medidas, um trabalho árduo de reconstrução fosse realizado.
10. A liberação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) consolidou o maior ciclo de investimentos da sua história recente, que viabilizou a aplicação de R\$30 bilhões em três anos.
11. Foram assegurados R\$12,1 bilhões em investimentos no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A maior parte dos recursos foi destinada a empreendimentos estruturantes, como o laboratório NB4 do Projeto Orion, o complexo de máxima biossegurança, a segunda fase do Sirius (infraestrutura científica), o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e o supercomputador voltado à inteligência artificial.
12. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) foi ampliada, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, que passou a atender cerca de 1.700 unidades acadêmicas.
13. Em pós-graduação, foram reajustados de 40% a 75% os valores das bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e assistência estudantil e foram ampliados os números de bolsas ofertadas.
14. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a reativação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) foram duas das primeiras medidas do governo, prevendo a participação do governo e de representantes industriais e dos trabalhadores. O objetivo era construir, de forma participativa e com legitimidade democrática, uma nova política industrial.
15. O resultado foi a Nova Indústria Brasil (NIB), uma política industrial moderna voltada para a solução de grandes desafios da nossa sociedade, como a segurança alimentar e nutricional, o acesso à saúde, o bem-estar nas cidades, a ampliação da produtividade, a transformação digital, a preservação do meio-ambiente e a soberania e a defesa nacionais.
16. A NIB contribuiu para o início de um processo de reconstrução da capacidade estatal para o desenvolvimento. Comissões interministeriais (CIIA-PAC e CICS) foram criadas para estabelecer requisitos de conteúdo local e margens de preferência em compras públicas. Um

Fundo específico para desenvolvimento industrial – o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT) - uma inovação institucional, foi criado.

17. Após os esforços dos governos anteriores de focar a empresa na exploração de petróleo, a Petrobras retomou sua estratégia de diversificação, redirecionando mais investimentos na expansão da capacidade de refino, prevendo aumento dos investimentos em iniciativas de baixo carbono e, principalmente, reativando sua atuação em fertilizantes (UFN-III e ANSA).
18. Vários Bancos públicos foram articulados no Plano Mais Produção (P+P), braço financeiro da nova política industrial, que destinará R\$713 bilhões às seis missões da NIB até o final de 2026. Requisitos de conteúdo local mínimo foram acordados e unificados entre os bancos.
19. Apesar das amarras impostas pela TLP, foram realizados esforços para diversificar as fontes de financiamento e retomar o protagonismo dos bancos públicos:
 - a) Taxa Referencial (TR), uma taxa de juros competitiva que incide principalmente sobre linhas de crédito voltadas para inovação e digitalização.
 - b) Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), título isento de imposto de renda emitido por bancos de desenvolvimento para projetos de infraestrutura e indústria.
 - c) Fundo Clima, que foi ampliado e tem como um dos objetivos o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima.
 - d) BNDESPAR, que voltou a atuar em participação acionária indiretamente por meio de Fundos de Investimento em Participação (FIPs).
20. Para reduzir as vulnerabilidades do SUS e estimular o Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), foram retomadas as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), que usam o poder de compra do Estado de forma estratégica para viabilizar a transferência de tecnologia para a produção nacional de medicamentos estratégicos para o SUS.
21. Diversos programas setoriais foram retomados ou criados, com destaque para o MOVER (Mobilidade Verde e Inovação) - R\$ 19,3 bi, a depreciação acelerada para o setor naval (R\$ 2,4 bi) e a renovação do parque fabril (R\$ 3,4 bi), o REIQ (Regime Especial para a Indústria Química) - R\$ 7,2 bi, o PRESIQ (Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química) - R\$ 15 bi, a renovação da Lei de Informática e do PADIS/Brasil Semicon (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays) - R\$ 35 bi, a aprovação do Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono - R\$ 18,3 bi, e os Planos Brasil Soberano 1 e 2 (R\$ 30 bi e R\$ 15 bi, respectivamente) para minimizar os impactos decorrentes de instabilidades internacionais às empresas exportadoras brasileiras.
22. A infraestrutura digital pública como ativo soberano está representada na consolidação do GOV.BR e do PIX. O GOV.BR consolidou-se como uma das maiores plataformas públicas digitais do mundo. Hoje supera 175 milhões de usuários e integra mais de 4.600 serviços federais, estaduais e municipais. O PIX, criado pelo Banco Central com mais de 240 milhões de usuários e bilhões de transações mensais, transformou-se em padrão global de pagamento instantâneo e passou a ser o símbolo do que a soberania digital significa quando o Estado defende uma infraestrutura pública contra a coerção comercial e geopolítica.
23. A transformação da EBIA em Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) é um caso ilustrativo da virada de chave deste mandato. O PBIA articula R\$23 bilhões em quatro anos, prevendo estruturação de nuvem soberana, aquisição de supercomputador para processamento local de dados sensíveis e desenvolvimento de modelo de linguagem em português brasileiro com base em dados nacionais. Além disso, a E-Digital vem sendo conduzida por Comitê Interministerial (CITDigital) sob a liderança da Casa Civil, sinalizando prioridade política e elevada necessidade de coordenação intersetorial.

24. Dessa forma, após serem desprezadas e até combatidas nos anos anteriores, as políticas de desenvolvimento científico, industrial e tecnológico e de inovação, que estão na raiz da prosperidade das nações, voltaram a ter papel relevante na agenda de governo.

III - PROPOSTAS PARA O FUTURO - O BRASIL MODERNO QUE QUEREMOS É UM BRASIL MAIS SOBERANO

25. O Brasil reúne condições singulares para liderar um novo ciclo de desenvolvimento baseado no conhecimento e prosperidade compartilhada. Possui uma das maiores biodiversidades do planeta, recursos minerais abundantes, a matriz energética mais limpa entre as grandes economias, alta produção e capacidade de sistematização de dados, um sistema universitário consolidado, capacidades científicas de excelência e uma base industrial diversificada. Transformar esses ativos em prosperidade, soberania e bem-estar depende de fortalecer e colocar a ciência, a tecnologia, a inovação e a indústria no centro de um projeto nacional de futuro. A soberania científica, tecnológica, digital e autonomia industrial constituem a base material para uma soberania efetiva. É essa a tarefa do próximo mandato e o fio condutor das diretrizes que organizam este documento.

QUEREMOS UM BRASIL MODERNO COM MAIS INDÚSTRIA

26. Conforme já expressei nas diretrizes gerais deste programa de governo, pretendemos ampliar a Nova Indústria Brasil (NIB) como política industrial e de inovação, que terá papel central de manter o crescimento da indústria mais inovadora, mais verde, mais exportadora e mais produtiva. Nesse aspecto destacamos: i) fortalecer o Plano Mais Produção alinhado mais ainda os critérios de crédito público, com regras de conteúdo local, para grandes projetos industriais e de inovação e expandir as linhas mais atrativas, como a TR, especialmente para atividades com essas características. ii) ampliar o Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) para um novo ciclo de apoio para a conectividade pelas diferentes regiões do país, assim permitindo mais digitalização da economia; iii) transformar o Plano Brasil Soberano em linha permanente de crédito para apoio para empresas de grande relevância para a balança comercial nacional e estratégica para a corrida tecnológica. iv) fortalecer o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (FNDIT) como instrumento de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria; v) estabelecer permanente a linha de bens de capital 4.0 do BNDES de forma permanente para apoio a renovação do parque fabril industrial nacional, com destaque para o apoio às Micro Pequenas e Médias Empresas (MPMEs); vi) desenvolver o Complexo Econômico Industrial da Saúde, para agregação de valor, desenvolvimento de tecnologias e diminuição da dependência tecnológica.
27. As prioridades da nova industrialização são as cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais, o complexo econômico-industrial da saúde, a infraestrutura produtiva, o saneamento, a moradia e a mobilidade urbana. Também precisamos incrementar a transformação digital da indústria, a bioeconomia, a descarbonização das atividades econômicas, intensificando a transição energética e tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacional.
28. Entre os programas estruturantes da Nova Indústria, destacamos os seguintes programas: i) Revitalização da Indústria Naval e Offshore; ii) Renovação de Frota do Setor Ferroviário; iii) Renovação de Frota de Veículos Pesados; iv) Corredores Sustentáveis - criando rotas logísticas com disponibilidade contínua de abastecimento e recarga para biometano, gás natural, eletricidade, hidrogênio e outros combustíveis de baixa emissão; v) Empresas Âncoras do Setor Automotivo para Ferramentaria e Autopeças; vi) Setor de fertilizantes; vii) Setor siderúrgico.

29. A transformação produtiva da economia brasileira é essencial para assegurar crescimento econômico sustentado, geração de empregos qualificados e maior soberania tecnológica. Nas últimas décadas, o Brasil experimentou um processo de desindustrialização relativa que reduziu a participação da indústria na estrutura produtiva, limitou a capacidade de inovação tecnológica e ampliou a dependência de exportações baseadas em produtos primários. Embora o país possua vantagens comparativas relevantes em áreas como agricultura, mineração e energia, o desenvolvimento de uma economia avançada e competitiva exige ampliar a presença em setores industriais e tecnológicos de maior valor agregado.
30. A neoindustrialização brasileira deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento nacional que articula as políticas industrial, científica, de inovação e de comércio exterior. Em um contexto internacional marcado por rápidas transformações tecnológicas, reorganização das cadeias globais de produção e competição geopolítica, países que conseguem combinar inovação e capacidade produtiva em atividade de maior complexidade tecnológica tendem a ocupar posições mais favoráveis na economia mundial. A experiência recente de diversas economias avançadas e emergentes demonstra que o Estado desempenha papel central na coordenação de políticas de desenvolvimento produtivo, mobilizando instrumentos financeiros, regulatórios e tecnológicos para estimular setores estratégicos.
31. A nova industrialização brasileira busca combinar três objetivos centrais: aumentar a produtividade da economia, ampliar a agregação de valor nas cadeias produtivas e fortalecer a soberania tecnológica do país. Esses objetivos exigem investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, qualificação da força de trabalho e instrumentos de financiamento de longo prazo capazes de apoiar a sofisticação tecnológica da estrutura produtiva nacional. Bancos públicos, fundos de investimento e mecanismos de crédito direcionado desempenham papel decisivo nesse processo, permitindo reduzir riscos e estimular investimentos privados em setores de maior complexidade tecnológica.
32. Ao mesmo tempo, a neoindustrialização está articulada à transição ecológica e digital da economia mundial. A convergência entre tecnologias digitais, biotecnologia, novos materiais, inteligência artificial e energias renováveis está redefinindo os padrões de competitividade global. O Brasil possui condições favoráveis para se inserir nessas novas cadeias produtivas, combinando sua base científica e tecnológica com vantagens naturais em áreas como bioenergia, biodiversidade, agricultura tropical, recursos minerais estratégicos. A articulação entre política industrial e sustentabilidade ambiental pode posicionar o país como líder em segmentos emergentes da economia verde e que promovam a economia circular.
33. Na área das energias renováveis, para além de ter uma matriz energética e elétrica limpa, precisamos adensar a cadeia produtiva local, tanto nos seus encadeamentos para trás como, especialmente, criando novos setores nos encadeamentos para frente. É preciso criar novas cadeias industriais de produção, dos consumidores intermediários e finais dessas fontes de energia, ampliando os impactos locais da sustentabilidade. Nesse sentido, torna-se necessário: a) manter o Fundo Clima como um grande instrumento de financiamento para a indústria verde; b) fortalecer a capacidade de produção de biocombustível nacional e combustíveis sintéticos; c) implementar a produção de SAF (Sustainable Aviation Fuel – Combustível Sustentável de Aviação) e combustível marítimo no Brasil; instituir nos leilões de energia e armazenagem o conteúdo local.
34. Assim, instrumentos devem ser criados, fortalecidos e articulados para transformar essas características em desenvolvimento científico, tecnológico e industrial e promovendo a inovação:
- a) Em casos que envolvam ativos e atividades estratégicas, garantir o controle nacional como ponto de partida para o planejamento, a coordenação das cadeias produtivas, o fornecimento de bens e serviços essenciais, a garantia de autonomia tecnológica e o desenvolvimento da economia verde.

- b) Em energia renovável, utilizar o poder de compra para garantir demanda para empresas nacionais viabilizarem os investimentos e a elevada necessidade de escala para produtos e serviços de maior complexidade tecnológica.
 - c) Aumentar o protagonismo brasileiro nos biocombustíveis, resultado de décadas de políticas públicas de Estado, com a consolidação e o aprimoramento do Combustível do Futuro. Acelerar a sua adoção no mundo por meio de diplomacia comercial e atuação proativa em organismos internacionais de definição de normas e padrões. Desenvolver combustíveis sintéticos, combustível sustentável de aviação (SAF) e combustível marítimo.
 - d) Com relação à energia, garantir o controle nacional e estatal sobre as reservas de capacidade.
35. No que tange à estratégica industrialização dos minerais críticos, o Brasil precisa transformar seu elevado potencial geológico em minerais críticos em capacidade produtiva, industrial e tecnológica ligada às cadeias de valor. A vantagem oferecida pela existência de reservas e jazidas minerárias precisa ser convertida em capacidade de refino e processamento, é preciso não apenas ampliar a extração, mas sim internalizar etapas industriais e tecnológicas da cadeia mineral, com controle estatal.
36. Em relação a minerais críticos e terras raras, elementos fundamentais e estratégicos para as novas tecnologias, BNDES e FINEP já lançaram chamada pública para apoiar investimentos em transformação de minerais estratégicos, que recebeu 124 propostas de planos de negócios, totalizando investimento potencial de R\$ 85,2 bilhões.
37. Precisamos implementar uma política nacional de minerais críticos e estratégicos, com a criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), um programa específico para incentivar o beneficiamento e a transformação de minerais críticos e estratégicos no próprio país. Também propomos a criação do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCEC) - que decidirá quais substâncias se enquadram como minerais críticos e estratégicos, atualizando a lista a cada quatro anos, com alinhamento ao plano plurianual.
38. É importante destacar o papel estratégico da ciência, da tecnologia e da pesquisa para o sucesso da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A proposta estabelece que, após sua regulamentação, as empresas que atuam nas atividades de pesquisa mineral, lavra, beneficiamento e transformação de minerais críticos e estratégicos destinarão, durante seis anos, o equivalente a 0,2% de sua receita operacional bruta ao Fundo de Garantias das Atividades Minerárias (FGAM). Além disso, outros 0,3% deverão ser aplicados diretamente em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) relacionados à pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação desses minerais. Encerrado esse período, o percentual total de 0,5% da receita operacional bruta passará a ser destinado aos projetos de PD&I. A proposta também prevê que a obrigação de aplicação desses recursos será considerada cumprida caso os valores sejam aportados no FGAM ou em fundo privado voltado ao fomento da pesquisa na área, conforme regulamentação específica.
39. Sobre minerais estratégicos e terras-raras, a posição privilegiada do Brasil como detentor de reservas expressivas de vários desses minerais precisa ser estrategicamente aproveitada para superar o modelo primário-exportador que sempre predominou no país. A história econômica brasileira é predominantemente a história dos ciclos das commodities, como os do pau brasil, do açúcar, do ouro, da borracha, do café, do minério de ferro e da soja. Esses ciclos geraram crescimento no curto prazo, mas não garantiram desenvolvimento de longo prazo, muitas vezes deixando passivos socioambientais permanentes, nenhum desenvolvimento industrial e tecnológico e elevadas remessas de lucros ao exterior. Para que essa janela histórica não seja desperdiçada, será preciso uma estratégia nacional e soberana, que passa pela criação de

uma estatal para extração, beneficiamento, refino e industrialização de minerais estratégicos e terras raras.

40. Medidas que articulem soberania sobre os recursos naturais, e industrialização e agregação de valor dependerão das especificidades dos minerais e de suas cadeias produtivas e incluem:

- a) Atuação direta do Estado no mapeamento e na propriedade dos dados geológicos e em elos prioritários e estratégicos das cadeias produtivas associadas. Necessidade de soberania, capacidade de coordenação da cadeia e intensidade de capital e de tecnologia são alguns dos elementos relevantes na análise quanto à forma e à intensidade de atuação.
- b) Adotar medidas de comércio exterior para assegurar o aprendizado produtivo e estimular a agregação de valor internamente, como autorizações prévias, tarifas e contas, em linha com o que tem sido feito em vários países ricos em minerais.
- c) Possibilidade de não homologar investimentos estrangeiros que ameacem a segurança nacional e condicionar investimentos para que se alinhem às diretrizes de agregação de valor e industrialização, como transferência de tecnologia e capacitação de fornecedores, seguindo as melhores práticas internacionais.
- d) No aspecto institucional e regulatório, fortalecer instituições-chave como a Serviço Geológico Brasileiro (SGB), a Associação Nacional de Mineração (ANM) e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e combater a retenção especulativa, como taxas progressivas por inatividade por detentores de direitos minerários.
- e) Recomenda-se a realização de estudos para criar uma empresa pública no modelo da EMBRAPA, com a finalidade específica de realizar pesquisas fomentar a inovação na cadeia produtiva das terras raras e minerais críticos, por meio de parcerias com centros de pesquisa existentes e universidades, bem como joint ventures com empresas referência no setor.
- f) Sobre terras raras e minerais críticos, precisamos ampliar a extração e internalizar etapas industriais e tecnológicas da cadeia mineral, construindo produtos de alto valor agregado localmente.
- g) Usar o poder de compra do Estado para assegurar soberania e industrialização: a) leilões, concessões e contratos poderão prever conteúdo local, fornecimento prioritário ao mercado doméstico, controle progressivo nacional por pessoas jurídicas nacionais, beneficiamento mínimo e garantias para descomissionamento; e b) margens de preferências maiores para bens e serviços sustentáveis com desenvolvimento, produção e inovação no país. Compras exclusivas de bens e serviços nacionais e de empresas brasileiras de capital nacional, inspirado no arcabouço ligado à defesa.
- h) Instituir estoques estratégicos com o propósito de absorver a volatilidade internacional de preços, garantir o suprimento da indústria nacional e coordenar oferta e demanda conforme as necessidades da cadeia produtiva.
- i) Escalonar incentivos financeiros, com benefícios focados nas etapas a jusante da cadeia produtiva (beneficiamento, refino e industrialização) e progressivos conforme o nível de agregação de valor e o grau de prioridade do elo industrial.

41. Para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde, será necessário fortalecer o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), tendo como base a soberania sanitária, ampliando a fabricação de medicamentos, vacinas e equipamentos e reduzindo a dependência externa de insumos farmacêuticos. A pandemia deixou escancarado o problema da dependência externa em saúde para a segurança nacional. Para atingir a meta da NIB (produzir

no país 70% das necessidades nacionais até 2033), será necessário expandir o uso do poder de compra do SUS, com a:

- a) Consolidação do marco legal do Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) por meio de lei ordinária e o aumento do protagonismo de fornecedores privados nacionais (tanto de IFA quanto de produto final), desde que assegurada a soberania por meio da manutenção de ativos tecnológicos no Brasil em caso de venda ao exterior; e
 - b) Utilização de diversos instrumentos como Encomendas Tecnológicas (ETECs) e acordos de compensação comercial (offsets) com critérios como margens de preferência, exigências de conteúdo local e exclusividade para bens e serviços nacionais de empresas nacionais.
 - c) Ampliar a utilização da política de comércio exterior de forma estratégica para assegurar prazo razoável para o aprendizado científico, industrial e tecnológico das empresas nacionais e reduzir a dependência externa do SUS.
 - d) Atuação proativa da Anvisa com apoio técnico e regulatório para agilizar o desenvolvimento, os ensaios e o registro de produtos inovadores (medicamentos e dispositivos médicos) no país.
 - e) Desenvolver plataformas nacionais, com proteção da privacidade do cidadão e propriedade pública dos dados, bem como soluções digitais avançadas, especificamente para a área de saúde.
42. No campo da segurança alimentar, as crises de suprimento decorrentes das guerras na Europa e no Oriente Médio mostraram a importância da volta da Petrobras na produção de fertilizantes, cuja atuação deve ser reforçada, acelerando a redução da nossa dependência, conforme objetivo explícito do Plano Nacional de Fertilizantes.
43. No âmbito interno, cabe destacar o papel desempenhado pela agricultura familiar na produção de alimentos que sustentam a mesa dos brasileiros. Dessa forma, o fomento à produção de tecnologias específicas para o setor melhora as condições de renda e permite a manutenção de uma população no campo. O investimento em mecanização, tecnificação e digitalização da agricultura familiar e camponesa, tendo os movimentos populares do campo como sujeitos do desenvolvimento científico e tecnológico, se apresentam como estratégia para a soberania alimentar.
44. Fortalecer a defesa nacional, promover o investimento nas capacidades das Forças Armadas e no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa como vetor de inovação tecnológica de duplo uso civil-militar, visando maior autonomia tecnológica e capacidade de defesa, inclusive cibernética.
45. Outro elemento fundamental da estratégia de neoindustrialização é a reorganização das cadeias produtivas domésticas e regionais. A ampliação do conteúdo tecnológico da produção brasileira exige fortalecer encadeamentos produtivos entre diferentes setores da economia, estimulando integração entre indústria, serviços intensivos em conhecimento e atividades agroindustriais. A construção de complexos produtivos articulados – como os complexos econômico-industriais da saúde, da energia, da defesa e da bioeconomia – permite ampliar sinergias tecnológicas e criar ambientes favoráveis à inovação.
46. A participação em cadeias globais de valor precisa ocorrer de forma estratégica, buscando ampliar gradualmente a presença brasileira em etapas mais sofisticadas da produção, como pesquisa, design, desenvolvimento tecnológico e fabricação de bens complexos. A política comercial e a diplomacia econômica são importantes para abrir mercados, atrair investimentos produtivos e estimular cooperação tecnológica, ao mesmo tempo em que preservam o espaço necessário para o desenvolvimento de capacidades produtivas nacionais.

47. A internacionalização de empresas brasileiras também constitui instrumento importante para ampliar a presença do país na economia global. Empresas capazes de atuar em mercados internacionais acumulam conhecimento tecnológico, ampliam sua escala produtiva e contribuem para fortalecer a competitividade da economia nacional. Políticas de apoio à internacionalização, combinadas com instrumentos de financiamento e promoção comercial, estimulam a expansão de empresas brasileiras em setores estratégicos da economia mundial.
48. As políticas industriais implementadas por diversos países articulam investimentos públicos, inovação tecnológica e cooperação entre universidades, empresas e centros de pesquisa. A definição de missões industriais – como descarbonização da economia, digitalização da indústria, fortalecimento do complexo da saúde e produção sustentável de alimentos – orientam investimentos e estimulam o surgimento e a consolidação de novos setores produtivos.
49. A neoindustrialização também deve contribuir para reduzir desigualdades regionais e ampliar oportunidades econômicas em diferentes partes do território nacional. A descentralização de investimentos produtivos, a criação de polos tecnológicos regionais e o fortalecimento de arranjos produtivos locais podem dinamizar economias regionais e gerar empregos qualificados fora dos grandes centros industriais tradicionais.
50. Além da continuidade e aperfeiçoamento da Nova Indústria devemos também implementar novas ações para potencializar o desenvolvimento econômico do país. Nossa taxa de investimentos tem sido historicamente baixa para um país que almeja se tornar desenvolvido e soberano, poucas vezes superando 20% do PIB nas últimas décadas. De particular importância são os investimentos públicos. Eles geram ganhos sociais mais do que proporcionais, atraem capital privado produtivo, estimulam crescimento econômico mais robusto e duradouro e, conseqüentemente, aumentam a sustentabilidade da dívida.
51. Em especial, investimentos prioritários em CT&I, política industrial, infraestruturas críticas (incluindo digitais) e defesa nacional não podem ser tratados nas regras fiscais como gastos sujeitos às instabilidades econômicas de curto prazo, mas como garantidores e potencializadores da soberania nacional e das oportunidades futuras dos brasileiros.
52. Para atingir esse propósito as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) serão fundamentais. No âmbito do Acordo entre Mercosul e União Europeia, o governo do Presidente Lula reverteu decisão do governo anterior e preservou tratamento mais favorável para micro e pequenas empresas em compras públicas, sinalizando para a importância delas. Nesse sentido, Programas como o Brasil Mais Produtivo também podem contribuir significativamente. O Programa, voltado para MPMEs, objetiva elevar a produtividade e a maturidade digital das empresas por meio de diagnósticos, consultorias e apoio à transformação digital e à inovação. Além de expandir a cobertura dos atendimentos e a variedade e a atratividade dos instrumentos, serão fundamentais identificar as empresas mais promissoras para que sejam incentivadas a dominar tecnologias estratégicas e a conquistar o mercado internacional.
53. O sucesso de políticas industriais, tecnológicas e de inovações também depende de uma política macroeconômica que assegure câmbio e juros estáveis e em patamares que incentivem os investimentos produtivos, o aprendizado industrial e tecnológico e as exportações.
54. No aspecto de comércio exterior, a política precisa estar alinhada aos objetivos da política industrial e tecnológica e de inovação. Se devidamente calibrada, a política de comércio exterior pode, por exemplo, potencializar o aprendizado produtivo ao estimular a agregação de valor e a industrialização no Brasil de bens primários, facilitar o acesso a insumos para a produção de bens e serviços considerados prioritários, como aqueles definidos na Nova Indústria Brasil (NIB), e proteger temporariamente esses bens e serviços da concorrência internacional acirrada e desleal.

55. Novos Acordos bilaterais e multilaterais precisam sempre levar em consideração a assimetria entre as capacidades industriais e tecnológicas dos países envolvidos, sob pena de aprofundar nossa especialização em bens e serviços de baixa complexidade tecnológica.
56. Ainda, com o acirramento da competição internacional, o sistema de defesa comercial deve ser fortalecido. A não aplicação ou a redução do montante das medidas de defesa comercial deve ser excepcional, para que o sistema cumpra seu papel preponderante de remediar o prejuízo à indústria nacional causado por práticas desleais.
57. A questão nacional voltou com força com as instabilidades internacionais e o acirramento das disputas geopolíticas. Países estão cada vez mais construindo instrumentos para criar e fortalecer suas empresas nacionais. O Brasil deve fazer o mesmo, utilizando medidas como compras públicas, políticas de incentivos tributários, creditícios e concessões públicas sejam condicionados a conteúdo local, margens de preferência e exclusividade para bens e serviços nacionais de empresas brasileiras de capital nacional para que elas sejam capazes de crescer e inovar no Brasil e no mundo, reduzindo vulnerabilidades externas e fortalecendo a soberania. A ascensão dessas novas empresas e de seus empreendedores, por sua vez, tende a aumentar a base de apoio para projetos nacionais de desenvolvimento de longo prazo, gerando um ciclo virtuoso.
58. Nesse contexto, é fundamental que o país tenha também instrumentos para assegurar que os investimentos estrangeiros não ameacem a segurança nacional e que estejam alinhados aos objetivos da política industrial, tecnológica e de inovação. O Brasil é o único país entre as 15 maiores economias do mundo que não possui um mecanismo de avaliação de investimentos estrangeiros. Além de proteger a economia do país, ele poderá aumentar nosso poder para exigir contrapartidas que potencializam a geração de renda e empregos qualificados, como transferência de tecnologias, capacitação de fornecedores e de mão de obra e investimentos em P&D.

QUEREMOS UM BRASIL MODERNO COM SOBERANIA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

59. Em termos de Ciência, Tecnologia e Inovação é preciso fortalecer o estado como indutor do investimento público em pesquisa e desenvolvimento e construir capacidades soberanas nas áreas de fronteira tecnológica, especialmente nas áreas de Inteligência Artificial, processamento de imagens e Big Data, robótica, computação quântica, fármacos avançados e novos materiais, tecnologia aeroespacial e nuclear.
60. Dotar de mais recursos e capacidades todo o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, composto pelos institutos federais, centros de pesquisa, unidades do MCTI, agências de fomento, universidades. Articular a política de CT&I com a política industrial para que a produção de conhecimento e tecnologia cheguem à sociedade e ao setor produtivo.
61. Antes de tudo, é preciso ampliar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento e construir capacidades soberanas nas áreas de fronteira tecnológica. Serão prioridades as medidas a seguir.
 - a) Fortalecimento do SNCTI e financiamento público em P&D — consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante do desenvolvimento, com estabilidade institucional, financiamento contínuo e articulação federativa entre estados, universidades, unidades de pesquisa do MCTI, institutos federais, e centros de pesquisa, setor produtivo e União.
 - b) Ampliar o investimento em P&D dos atuais 1,2% do PIB, através da destinação de parcela do Fundo Social do Pré-Sal ao financiamento da área e fortalecer permanentemente o FNDCT e os sistemas estaduais de CT&I, através das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

- j) Os royalties do petróleo devem ser usados também para financiamento das universidades, institutos federais e ICTs. O estímulo aos sistemas estaduais requer a redução de assimetrias regionais, por meio de uma política de financiamento que privilegie a equidade, mas que proponha compromissos de contrapartida dos estados, como por exemplo, criação de conselhos estaduais de CT&I, legislação estadual que garanta percentual mínimo de financiamento para o setor e comprovação de repasse.
- k) Precisamos fortalecer os sistemas estaduais de amparo à pesquisa, para que se possa permitir a concessão de bolsas para todos os que precisam em universidades e institutos federais. Temos de ampliar recursos para bolsas de iniciação científica.
- l) Universidades, Institutos Federais Instituições de Ciência e Tecnologia devem ser considerados motores de desenvolvimento nacional, não apenas regional.
- m) Descentralização produtiva e infraestrutura regional — estimular arranjos produtivos regionais e pólos tecnológicos como vetores de descentralização industrial e redução das desigualdades, recuperando e modernizando a base nacional de pesquisa, expandindo laboratórios e redes de uso compartilhado e implantando centros de desenvolvimento em periferias e territórios vulneráveis.
- n) Adicionalmente, Corredores de Inovação Territorial devem ser criados, orientado por missões nacionais e ancorada nas vocações produtivas, nos biomas e nas bacias hidrográficas de cada região, especialmente no Norte e no Nordeste, integrando setor acadêmico, empresas, cooperativas, povos originários e comunidades tradicionais com governança compartilhada entre União, estados e municípios.
- o) Formação, carreiras e inclusão — Ampliar a quantidade de expandir as bolsas da iniciação científica à pós-graduação e romper as assimetrias regionais, de gênero e raça na comunidade científica com cotas, enfrentar a evasão de talentos com estabilidade institucional, remuneração justa e reconhecimento social da ciência, e consolidar universidades, unidades de pesquisa do MCTI e institutos federais como motores regionais, retirando suas receitas dos limites do arcabouço fiscal.
- p) Garantir que 100% das despesas ordinárias das unidades de pesquisa do MCTI sejam imunes a contingenciamentos preventivos, assegurando o funcionamento básico.
- q) É preciso fortalecer a tecnologia social, a pesquisa de impacto social e tecnociência solidária e levar tecnologia e apoio técnico-científico a cooperativas de economia solidária, redes produtivas locais e arranjos territoriais, ampliando a inclusão produtiva e a geração de renda.
- r) Cooperação internacional com autonomia — ampliar capacidades nacionais e a transferência de tecnologia pela integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul, fortalecendo Capes, CNPq e a articulação Finep-BNDES.
- s) Promover o intercâmbio científico-tecnológico de curta duração para organizações populares no âmbito da integração latino-americana e cooperação Sul-Sul, através de editais para grupos de pesquisa e bolsas de estudo universitários.
- t) Cultura científica e combate à desinformação — difundir o conhecimento científico e enfrentar a desinformação como condição para políticas baseadas em evidências e para o fortalecimento das instituições democráticas.

62. Sistema de CT&I para a Amazônia — estruturar a base científica dos estados e territórios amazônicos a partir de instituições de pesquisa dedicadas ao desenvolvimento da região, ampliando e integrando universidades, institutos, centros locais, empresas e sociedade na produção de conhecimento das redes panamazônicas e na produção industrial baseada nos ativos da floresta.
63. Fortalecer a pesquisa climática na Amazônia e estudos sobre as mudanças do clima absorvendo o legado da COP30 como marco de desenvolvimento sustentável.
64. Criar o Fundo Amazônico de Inovação Territorial, dedicado à ciências e tecnologia na região.
65. Além da Amazônia, todos os nossos biomas merecem atenção. O Semiárido enfrenta sérios problemas de desertificação e é preciso ciência e tecnologia para reduzir os impactos ambientais e transformar a região em território produtivo.

QUEREMOS UM BRASIL MODERNO COM SOBERANIA DIGITAL

66. Em termos de soberania digital e informacional, os dados produzidos pelo povo brasileiro, a infraestrutura digital pública, os talentos formados em universidades nacionais, nossa economia digital e o mercado consumidor de 215 milhões de pessoas, das quais 84% estão conectadas, são ativos estratégicos da nação. Os dados são fatores de produção, fundamentais, portanto para o desenvolvimento e para a soberania nacional. E eles podem ser geridos em benefício do povo brasileiro, e não ou explorados em benefício de corporações e potências estrangeiras.
67. É preciso criar um programa de nuvem soberana de dados, com alternativas de atores nacionais para a oferta de capacidade de armazenamento e processamento de dados para o Estado e as empresas brasileiras. Para agregar uma camada de soberania operacional, deve-se criar estrutura de data centers desconectados e gestão de chaves criptográficas por parte de atores nacionais.
68. A Inteligência artificial para ciência e infraestrutura computacional soberana deve ser tratada como capacidade científica e industrial a ser construída, para além da sua dimensão regulatória e de serviço digital. Isso exige investimento nas instituições públicas de P&D que já desenvolvem IA e na indústria que produz tecnologia de hardware e software de alto desempenho no país (encontrando nichos de agregação de valor, a exemplo do que fizeram setores como petróleo e gás e a indústria aeronáutica nacional). A infraestrutura computacional soberana – entendida como supercomputadores desenvolvidos e operados por instituições nacionais, que oferecem serviços de alto valor agregado para a pesquisa científica e a indústria estratégica - é condição para que o Brasil participe da produção da IA nas diversas frentes e na fronteira do conhecimento.
69. É preciso ter uma visão estratégica e coordenada com outras áreas, aumentar os recursos e ações do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), incorporando novas ações para ampliar a pesquisa e o predomínio de desenvolvedores e empresas nacionais dentro da cadeia de valor de IA. É essencial ampliar as iniciativas do Estado brasileiro para que os setores públicos e privados priorizem a adoção e uso de modelos de IA generativa em português, desenvolvidos e treinados no Brasil. Ações específicas para IA preditiva também deverão ser incluídas no PBIA como forma de apoiar a transformação digital de médias, pequenas e microempresas nacionais.
70. Torna-se necessário desenvolver a IA Soberana para evitar royalties predatórios e vulnerabilidade a bloqueios de licenças, o Brasil adotou radicalmente a arquitetura “RISC-V”. Estamos criando nossas próprias Unidades de Processamento Neural (NPU) projetadas e testadas em solo nacional, garantindo que o Plano Brasileiro de IA rode em hardware livre da dependência exógena.

71. O desenvolvimento de inteligência artificial no Brasil deve ter como centro as necessidades do povo brasileiro e a soberania nacional, enfrentando desigualdades econômicas e sociais, assegurando a participação popular.
72. Adotar políticas e incentivar pesquisas para que modelos de IA respeitem direitos *by design*, evitando a reprodução de desigualdades sociais, de gênero e raça no processo de desenvolvimento. Para isso, o Estado deve investir na formação e nos arranjos produtivos das mulheres e da população negra como sujeitos do desenvolvimento de inteligência artificial e tecnologias digitais. O desenvolvimento de inteligência artificial no Brasil deve ter a atenção das necessidades do povo brasileiro como objetivo, enfrentando desigualdades de gênero e raça no processo de desenvolvimento e não remediando impactos negativos a posteriori. Para isso, o Estado deve investir na formação e nos arranjos produtivos das mulheres e da população negra como sujeitos do desenvolvimento de inteligência artificial e tecnologias digitais.
73. Expandir o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD) para efetivar a prestação de serviços de computação de alto desempenho sob demanda a universidades, institutos de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, apoiando o desenvolvimento de produtos e aplicações em processamento de alto desempenho (PAD). Criar novos Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho nas Unidades de Pesquisa (CENAPADs) para ampliação de sua rede, criando mecanismos efetivos de integração dos diferentes grupos de pesquisa em IA, ciências de dados e computação de alto desempenho pelo país.
74. Também se torna fundamental avançarmos no desenvolvimento das tecnologias quânticas como prioridade estratégica: computação quântica, comunicação quântica e sensores quânticos constituem uma das mais relevantes fronteiras tecnológicas do século XXI, com implicações diretas para criptografia, defesa, saúde, exploração de recursos naturais e infraestrutura crítica. O Brasil possui uma comunidade científica qualificada e infraestrutura laboratorial nascente nessa área, incluindo capacidade de fabricação (para fins de P&D) de dispositivos quânticos e de operação de redes de comunicação quântica. A janela de oportunidade para o país se posicionar nesta corrida (antes da consolidação de padrões tecnológicos e de cadeias produtivas dominadas por outros) é estreita e está aberta agora. É necessário incluir as tecnologias quânticas como prioridade explícita do SNCTI, com financiamento estável, formação de recursos humanos, desenvolvimento de uma indústria e de serviços locais, e articulação com parceiros internacionais que atuam na fronteira do conhecimento.
75. Em relação a Política Nacional de Semicondutores (PNS), além de promover avanços na Lei de Informática e na Lei do PADIS, torna-se fundamental aumentar os recursos humanos e financeiros para consolidar a única fábrica de chips em *front end* da América do Sul - CEITEC - como porta de entrada do Brasil na cadeia global de semicondutores. Investimento na produção soberana de materiais purificados, para suprir demandas de novas indústrias de base como a produção de lâminas de silício e outros suprimentos estratégicos da cadeia de semicondutores de alta potência, principalmente as baseadas na Transição Energética (Carbeto de Silício – SiC). O SiC garante mais de 95% de eficiência na conversão de energia, operando em condições que o silício tradicional não suporta.
76. Além disso a soberania digital precisa prever leis com dotação orçamentária, instituições com mandato técnico, política industrial com encomenda do Estado, proteção de direitos, diplomacia tecnológica com tratados concretos. Para levar a cabo a estruturação de um projeto de soberania digital para o Brasil, apresentamos as seguintes propostas:
 - a) Cria a Política Nacional de Soberania Digital — à semelhança das políticas de saúde e educação, instituir sistema nacional com conselho estratégico, órgão coordenador da política e regulador de serviços digitais e informacionais.

- b) Fortalecer o SERPRO e DATAPREV como principais empresas de Tecnologia da Informação do Governo e a Telebrás, a partir da articulação com parcerias para a produção nacional de satélites de baixa órbita e cabos submarinos - reduzindo a dependência de constelações privadas estrangeiras inter-regionais.
- c) É preciso retomar fortemente as políticas de fomento ao software livre e ao software público, que fizeram do Brasil uma referência internacional em tecnologia da informação no passado recente.
- d) Criar o Fundo Nacional para a Soberania Digital (FNSD), por lei complementar, custeado pela tributação das plataformas digitais e blindado do calendário fiscal, para financiar empresas, pesquisa e infraestrutura nacionais.
- e) Condicionar remessas de royalties das big techs a investimento local, transferência de tecnologia e formação de trabalhadores brasileiros.
- f) Na área de inclusão digital, alcançar conectividade significativa em todos os municípios até 2030, com tecnologias nacionais e operação coordenada, bem como implementar política de Letramento Digital - elevar em 10 pontos percentuais a proporção de usuários de internet no Brasil com habilidades "acima do básico" em todas as dimensões de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Criação de um plano de educação em dados e inteligência artificial desde a educação básica.
- g) Enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que responsabilize as plataformas por danos sistêmicos, com transparência algorítmica, interoperabilidade e proteção da integridade da informação.
- h) Enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei instituindo a Política Nacional de Economia de Dados garantindo que o valor gerado pelos dados dos cidadãos e empresas brasileiras sejam processados e transformados em produtos e serviços digitais que gerem divisas no Brasil.
- i) Aprovar o PL 2.338/2023 com base em direitos fundamentais, classificação de risco e governança que combine ANPD e autoridade setorial.
- j) Atualizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para ordenar as relações assimétricas on-line e integrar atividades de Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Procons, Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- k) Criar governança dedicada ao combate a golpes e fraudes digitais a partir de um Sistema Nacional de Segurança Digital articulando Banco Central, Polícia Federal (PF), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Anatel, Receita Federal e plataformas em fluxos de prevenção e responsabilização.
- l) Criar governança dedicada ao combate a golpes e fraudes digitais a partir de um Sistema Nacional de Segurança Digital articulando Banco Central, Polícia Federal (PF), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Anatel, Receita Federal e plataformas em fluxos de prevenção e responsabilização.
- m) Disciplinar a publicidade institucional do Estado em plataformas estrangeiras, priorizando mídia nacional, regional e independente.
- n) Oferecer serviços proativos e personalizados, respeitando privacidade e segurança da informação - Governo Agêntico.

- o) Expandir o modelo de credenciais verificáveis entre setores público e privado, para compartilhamento seguro e confiável de informações e documentos (Credenciais Verificáveis).
 - p) Ampliar a interoperabilidade com estados e municípios e oferecer identidade digital pública soberana (Credenciais Verificáveis).
 - q) Consagrar legalmente o PIX como infraestrutura crítica, blindada de pressão externa e expandida a pagamentos internacionais e ao Sul Global - PIX como bem público estratégico.
 - r) Realizar a migração das estruturas de soluções e sistemas de tecnologia da informação, incluindo de inteligência artificial para o domínio de aplicações de software livre e software público prestadas por empresas estatais de TI ou por empresas privadas de capital nacional - Transformação digital da máquina pública.
 - s) Criar uma articulação entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), CELAC (países da América Latina e Caribe), Mercosul e CPLP (países que têm o português como língua oficial) para o compartilhamento de infraestrutura digital, pagamentos regionais e transferência de tecnologia - Diplomacia digital Sul-Sul.
77. A ciência, a tecnologia, inovação, a agenda digital e o desenvolvimento industrial devem constituir o núcleo estruturante de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, capaz de combinar crescimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental, democracia e soberania.
78. Trata-se de uma agenda para o futuro do país, para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro e para a construção de uma nação capaz de ocupar posição de protagonismo no novo cenário internacional. Colocar a ciência, a tecnologia, a indústria e a soberania digital no centro da estratégia de desenvolvimento significa construir um Brasil mais justo, mais próspero, mais sustentável e preparado para os desafios do século XXI.

Membros do GT Brasil Moderno

Nelson Akio Fujimoto (coordenador do GT), Daniela Carvalho (coordenadora do GT), Luiz Antonio Elias (relatoria), Renata Mielli (relatoria), James Gorgen (relatoria), Lucas Mazoti (relatoria), Joao Cassino (relatoria), Felipe Machado (relatoria), Mauro Borges, Andreia Michele, Handerson Leite, Neide Freitas, Ricardo Bimbo, Tica Moreno, Iago Montalvão, Gabriel Medina, Ana Paula Bernardes, Jorge Bittar, Miriam Chaves, Rodrigo Assumpção, Uallace Moreira Lima, Beatriz Vasconcelos, Marcelo Lopes e Júlia Cruz.